

O presente despacho de nomeação produz efeitos a 29 de Outubro de 2010.

20-01-2011. — O Director do Gabinete de Planeamento e Políticas, *Francisco Cordovil*.

Curriculum Vitae

Nome — Susana Isabel Lopes Barradas Lopes
Data de Nascimento — 10 de Julho de 1976
Habilitações Académicas

Licenciatura em Matemática Aplicada à Economia e à Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (1999)

Pós graduação em Gestão Pública — curso de Estudos Avançados em Gestão Pública no Instituto Nacional de Administração (2005)

Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural pelo Instituto Superior de Agronomia (2007)

Experiência profissional:

Chefe de Divisão de Estudos e Planeamento Territorial, Direcção de Serviços de Serviços de Planeamento, Acompanhamento e Avaliação — Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas/Gabinete de Planeamento e Políticas (desde Fevereiro 2010).

Áreas de trabalho principais — desenvolvimento de estudos, de âmbito nacional e regional, para o conhecimento da evolução sectorial, elaboração de base de dados e construção de indicadores para acompanhamento da evolução sector agrícola em Portugal e suporte à tomada de decisão.

Técnica Superior no Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais — MAOT, (Julho de 2005 a Janeiro de 2010).

Áreas de trabalho principais — estudo e investigação de metodologias destinadas: a avaliar impactos ambientais e impactos regionais das políticas públicas; a apurar a convergência real das regiões e sub-regiões portuguesas; e, ao acompanhamento da evolução da estrutura espacial do sistema produtivo em Portugal e dos contributos regionais para o crescimento económico nacional.

Prestação de serviços para o Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar (GPPAA) — MADRP (2000-2004).

Áreas de trabalho principais — colaboração na concepção de um modelo de análise e acompanhamento territorializados da execução do QCA III e desenvolvimento de estudos para o conhecimento da evolução do sector agrícola.

Principais trabalhos publicados

“Convergência Económica das Regiões Portuguesas 1995-2006”, DPP, Lisboa 2009 (co-autor).

“Índice Sintético de Desenvolvimento Regional”, INE/DPP, Lisboa 2009 (co-autor).

“Processo de convergência regional em Portugal: absoluta, condicionada ou clube?”, Prospectiva e Planeamento n.º 14 — 2007, DPP, Lisboa 2008 (co-autor).

“Desenvolvimento e Ruralidade em Portugal — uma análise empírica”, GPPAA/ Observatório do QCA III, Lisboa, 2004 (co-autor).

“Panorama Agricultura (1999 e 2000)”, GPPAA — MADRP, Lisboa, 2000 e 2001 (participação na redacção).

“Instrumentos de Política Agrícola e Formação do Preço no Produtor”, GPPAA, Lisboa, 2001.

204247765

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 2109/2011

O conselho consultivo é um órgão do Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P. (INCI, I. P.), instituto cuja missão e atribuições se encontram definidas no Decreto-Lei n.º 144/2007, de 27 de Abril.

No conselho consultivo, presidido pelo presidente do conselho consultivo das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, têm assento personalidades por inerência dos cargos que desempenham e, ainda, representantes dos organismos, entidades e associações empresariais que integrem a previsão das alíneas *l*) a *o*) do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 144/2007, de 27 de Abril.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 144/2007, de 27 de Abril, e ouvidas as entidades representadas, determino:

1 — Designar as seguintes individualidades como membros do conselho consultivo do Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P. (INCI, I. P.), para um mandato de três anos:

a) Engenheiro Pedro Castro Caldas (membro efectivo) e engenheiro Paulo Baptista (membro suplente), em representação da Associação Portuguesa de Seguradores (APS);

b) Dr. Pedro Moreira (membro efectivo) e Dr.ª Carla Varela (membro suplente), em representação da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO);

c) Arquitecto António Graça de Oliveira (membro efectivo) e arquitecto Ricardo Gaspar (membro suplente), em representação da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano (DGOTDU);

d) Arquitecto Júlio Grilo (membro efectivo) e arquitecto Manuel Lacerda (membro suplente), em representação do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P. (IGESPAR, I. P.);

e) Engenheiro Carlos Matias Ramos (membro efectivo) e engenheiro João Manuel Catarino Santos (membro suplente), em representação da Ordem dos Engenheiros;

f) Arquitecto João Belo Rodeia (membro efectivo) e arquitecto Fernando Martins (membro suplente), em representação da Ordem dos Arquitectos;

g) Engenheiro técnico Augusto Ferreira Guedes (membro efectivo) e engenheiro técnico António Eduardo Lousada (membro suplente), em representação da Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos (ANET);

h) Engenheiro Manuel Joaquim Reis Campos (membro efectivo) e Luís Hilário Fernandes Carvalho Lima (membro suplente), em representação da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI);

i) Dr.ª Maria Teresa Ramos Pinto (membro efectivo) e Júlio Manuel Roçado Moita (membro suplente), em representação da Associação dos Industriais da Construção de Edifícios (AICE);

j) Dr. António Monteiro Pinho (membro efectivo) e Augusto Soares (membro suplente), em representação da Associação dos Instaladores de Portugal (AIPOR);

l) Engenheiro Paulo Calvário (membro efectivo) e engenheiro António Melo (membro suplente), em representação da Associação Portuguesa dos Industriais de Engenharia Energética (APIEE);

m) Aquilino Joaquim Faustino Coelho (membro efectivo) e Sérgio Henrique Abreu da Graça (membro suplente), em representação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional (CGTP-IN);

n) Dr. Joaquim Martins (membro efectivo) e engenheiro Manuel Fernando Ferreira de Lemos (membro suplente), em representação da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

2 — O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

20 de Janeiro de 2011. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *António Augusto da Ascensão Mendonça*.

204250801

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações

Despacho n.º 2110/2011

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, das funções de assessora do meu Gabinete a licenciada Albertina Bento da Silva Pinto, nomeada por meu despacho de 3 de Dezembro de 2009, reconhecendo o zelo e diligência com que exerceu as suas funções.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 3 de Janeiro de 2011.

20 de Janeiro de 2011. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.

204250137

Despacho n.º 2111/2011

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, das funções de assessora do meu Gabinete a licenciada Ana Isabel da Silva Veiga Borges, nomeada por meu despacho de 3 de Dezembro de 2009, reconhecendo o zelo, diligência com que exerceu as suas funções.